

Artigo Original

As novas configurações do Acesso Aberto: desafios e propostas

New settings for Open Access: challenges and proposals

Las nuevas configuraciones del Acceso Abierto: desafíos y propuestas

Simone da Rocha Weitzelⁱ

RESUMO

Ao completar dez anos de existência, o Movimento Acesso Aberto sofre um dos seus maiores reveses com a adoção das recomendações, feitas pelo governo britânico, do chamado Relatório Finch como modelo ideal para o acesso aberto. Esse modelo prioriza o acesso aberto dourado híbrido como a melhor estratégia para o acesso imediato à produção científica garantido pelos autores ou instituições por meio de pagamento de taxas de processamento dos artigos aos editores comerciais que publicam os periódicos certificados. De acordo com Harnad¹, as recomendações do Relatório Finch afetam o acesso aberto verde de uma forma perversa, uma vez que a principal estratégia do acesso aberto estaria restrita a longos períodos de embargo, afetando o acesso imediato à produção depositada em repositórios. Para compreender o alcance e as implicações desse novo contexto, o presente artigo tem por objetivo apresentar as novas configurações do acesso aberto a partir dos principais elementos do Relatório Finch que afetam diretamente o acesso aberto, identificando os seus principais desafios. O estudo foi elaborado com base na pesquisa documental envolvendo os textos originais do Relatório Finch, entrevistas com Steven Harnad e textos de sua autoria.

Palavras-chave: Acesso aberto, Relatório Finch, Políticas mandatórias

ABSTRACT

The adoption of Finch Report recommendation as a standard to open Access by the British Government was a huge stepback to the Open Access Movement. The Finch model prioritizes the gold hybrid open access as the best strategy to immediate access to scientific production based on authors' payment for article processing charges to publishers of scientific journals. According to Harnad¹ the Finch Report recommendations affect, in a perverse way, the green open access, main strategy of open access, due to the role of repositories in this model would be restricted to long period of embargo delaying the possibility of immediate access. To understand the scope and implications of this new context, the present article aims to present the new settings for the open access from main elements of the Finch Report directly affecting open access identifying its main challenges. The study was based on documentary research on the original texts of the Finch Report and interviews and texts by Steven Harnad.

Keywords: Open access, Finch Report, Mandatory policies

RESUMEN

Al finalizar diez años de existencia, el Movimiento Acceso Abierto sufre uno de sus mayores reveses con la adopción de las recomendaciones, hechas por el gobierno británico, del llamado Informe Finch como modelo ideal para el acceso abierto. Este modelo prioriza el acceso abierto dorado híbrido como la mejor estrategia para el acceso inmediato a la producción científica garantizado por los autores o instituciones por medio del pago de tasas de procesamiento de los artículos a los editores comerciales que publican los periódicos certificados. De acuerdo con Harnad¹, las recomendaciones del Informe Finch afectan el acceso abierto verde de una forma perversa, considerando que la principal estrategia de acceso abierto estaría restringida a largos períodos de

ⁱDocente do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia e dos Cursos de Graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É Diretora da Escola de Biblioteconomia da UNIRIO. Rio de Janeiro, Brasil.
simone.weitzel@gmail.com

embargo, afectando el acceso inmediato a la producción depositada en repositorios. Para comprender el alcance y las implicaciones de este nuevo contexto, el presente artículo tiene por objetivo presentar las nuevas configuraciones de acceso abierto a partir de los principales elementos del Informe Finch que afectan directamente el acceso abierto, identificando sus principales desafíos. El estudio fue elaborado basándose en la investigación documental incluyendo los textos originales del Informe Finch, entrevistas con Steven Harnad y textos de su autoría.

Palabras clave: Acceso abierto, Informe Finch, Políticas establecidas.

Submetido: 30/Mar/2014

Aceito: 20/Mai/2014

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse à declarar.

Fontes de financiamento: Não houve.

Introdução

Ao completar dez anos de existência em 2012, o Movimento Acesso Aberto passou a apresentar novas configurações que podem ser, em certa medida, consideradas opostas às suas concepções originais. Esse fato decorre da aprovação de uma nova proposta adotada pelo governo britânico denominada de acesso aberto dourado híbrido, baseada no pagamento de custos de publicação.

Esse modelo foi proposto pelo chamado Relatório Finch, que defende o acesso aberto dourado híbrido como a melhor estratégia para o acesso imediato à produção científica, em detrimento do acesso aberto dourado “puro” e do acesso aberto verde, preconizado pelo Movimento Acesso Aberto.

O presente artigo tem por objetivo apresentar quais são essas novas configurações, tendo por base os principais elementos do Relatório Finch que afetam diretamente o acesso aberto identificando também os desafios para o Movimento Acesso Aberto.

O estudo foi elaborado com base na pesquisa documental, envolvendo os textos originais do Relatório Finch^{2,3,4}, entrevistas com Steven Harnad^{1,5,6,7,8,9} e textos de sua autoria sobre o relatório em questão com o objetivo de identificar o novo cenário que se apresenta para o acesso aberto.

O contexto do problema

De acordo com Harnad⁷, o acesso aberto pode ser entendido, de um modo geral, como o acesso online livre para todos aos resultados de pesquisa publicados em periódicos avaliados por pares. As estratégias que viabilizam e apoiam o acesso aberto estão baseadas fortemente na ação do autor, que tem dois caminhos para tornar o resultado de sua pesquisa acessível gratuitamente ao público: submetendo seu trabalho a periódicos de acesso aberto dourado, isto é, periódicos que não cobram assinaturas, ou a periódicos de sua escolha, mesmo que não sejam de acesso aberto, desde que, nesse último caso, a versão final do artigo seja depositada em um repositório institucionalⁱⁱ, de forma a promover o que tem sido denominado de acesso aberto verde.

Os benefícios do acesso aberto são evidenciados pela potencialização da visibilidade, do acesso e do uso da produção científica promovendo, por um lado, maior eficiência no processo de comunicação científica e, por outro, o progresso mais rápido da Ciência e Tecnologia em benefício da sociedade.

O acesso aberto também influenciou outros aspectos de grande relevância como, por exemplo, a estrutura de poder econômico que envolve o sistema de publicação científica. A indústria editorial de periódicos científicos, em

ⁱⁱOs repositórios institucionais reúnem a produção científica de uma instituição como se fossem uma base de dados de texto completo.

certo sentido, foi afetada com o acesso livre à produção resultante de pesquisas financiadas com recursos públicos armazenadas em repositórios institucionais.

Dessa forma, mesmo com grandes desafios a serem vencidos, é possível considerar que o Movimento Acesso Aberto seguiu uma trajetória bem-sucedida desde o seu surgimento, em 2002, com a Declaração de Budapeste.

A despeito desses benefícios e conquistas, bem como da relativa adesão ao modelo de acesso aberto pelas universidades e institutos de pesquisa ao redor do mundo, apenas um pequeno percentual dessa produção está de fato disponível gratuitamente para o público. A maior parte da produção científica está sob controle de grandes corporações, principalmente da Europa e dos Estados Unidos, e sujeita à lógica dos lucros.

Para essas grandes corporações o acesso aberto não se sustenta do ponto de vista financeiro, pois é necessário cobrir os custos de publicação. Tampouco estão convictas da eficácia da estratégia do acesso aberto verde, pois este é dependente de políticas mandatóriasⁱⁱⁱ que estimulem o depósito da produção científica pelo autor em repositórios institucionais.

Por outro lado, essas grandes corporações, e a indústria editorial de um modo geral vêm refazendo seus modelos de negócios de forma a fortalecer suas estratégias de mercado bem como a se apropriar das inovações trazidas com a infraestrutura que apoia o acesso aberto para tornar seus processos de produção mais competitivos.

Assim, após completar dez anos, o Movimento Acesso Aberto sofre, em 2012, um dos seus maiores reveses com a proposta de um novo modelo britânico baseado no pagamento de custos de publicação. Esse modelo prioriza o chamado acesso aberto dourado híbrido como a melhor estratégia voltada para o acesso imediato à produção científica, o qual seria garantido pelos autores ou instituições produtoras por meio de pagamento de taxas de processamento dos artigos (*Article Processing Charge – APC*) aos editores comerciais que publicam os periódicos certificados.

Essa nova proposta foi recomendada pelo chamado Relatório Finch, que foi prontamente adotado pelo governo britânico como modelo ideal para o acesso imediato à produção científica, sugerindo o abandono das estratégias originais do Movimento Acesso Aberto.

De acordo com Harnad¹, as recomendações do Relatório Finch afetam de uma forma perversa o acesso aberto verde, principal estratégia do acesso aberto, pois o papel dos repositórios, nesse modelo, se restringiria somente à preservação digital, uma vez que a produção depositada em repositórios teria que aguardar um período relativamente longo de embargo, atrasando a possibilidade de acesso imediato.

O Relatório Finch parece expressar os interesses econômicos das grandes corporações que dominam o mercado editorial de publicações científicas no mundo^{8,9} e toma por base as principais fragilidades do Movimento Acesso Aberto: a sustentabilidade do acesso aberto dourado e os baixos resultados atuais da estratégia do acesso aberto verde.

Apesar de não ser possível prever se o acesso aberto dourado híbrido terá grandes adesões ao redor do mundo, é fato que o acesso aberto como um todo apresenta novas configurações que podem ser assim categorizadas: por um lado, o Movimento Acesso Aberto representado pelas estratégias do acesso aberto dourado “puro” e acesso aberto verde para alcançar 100% de acesso livre à produção científica e, por outro, o Relatório Finch representando a estratégia do acesso aberto dourado híbrido, sem o apoio da estratégia do acesso aberto verde.

Para compreender o alcance e as implicações dessa nova proposta será preciso rever os antecedentes e desafios do Movimento Acesso Aberto e, em seguida, o significado das recomendações do Relatório Finch e as críticas de Harnad.

ⁱⁱⁱA política mandatória tem como função garantir o depósito de toda a produção científica gerada na instituição em repositórios. Essa política deve ser definida no âmbito de cada instituição e, na maioria das vezes, é o próprio autor quem faz o depósito no repositório. Em larga escala, o quantitativo da produção científica disponível em cada repositório institucional no mundo promove o objetivo de se alcançar 100% de acesso aberto.

O Movimento Acesso Aberto: antecedentes e desafios

A linha do tempo de Peter Suber atribuiu a um conjunto de eventos que ocorreu ao redor do mundo desde a década de 1960, a longa trajetória que permitiu a construção da ideia e da infraestrutura para apoiar o acesso aberto¹⁰. Mas Harnad destaca o papel crucial das tecnologias digitais para promover o acesso ao conhecimento científico quando atribui o surgimento do acesso aberto a uma “reação às novas possibilidades abertas pela internet” e não a uma “reação ao problema dos preços e acesso aos periódicos”¹¹.

Dessa forma, o ponto de partida que marca o surgimento da infraestrutura que apoiou o acesso aberto é identificada pela iniciativa pioneira de Paul Ginsparg¹², que criou em 1991 um servidor de preprints no Laboratório de Los Alamos (hoje denominado Arxiv.org). Essa iniciativa, conjugada com outras que surgiram em seguida, tais como *Networked Computer Science Technical Reference Library* (NCSTRL) (lê-se ancestral)¹⁴, *National Digital Library of Theses and Dissertations* (NDLTD)¹⁵, *National Advisory Committee for Aeronautics* (NACA)¹⁶, *Cognitive Sciences Eprints Archives* (CogPrints)¹⁷ e *Research Papers in Economics* (RePEc)¹⁸, podem todas ser consideradas precursoras dos repositórios temáticos e institucionais. A infraestrutura tecnológica criada e testada na Convenção de Santa Fé, realizada nos dias 21 e 22 de outubro de 1999 no Novo México (Estados Unidos), demonstrou a viabilidade do autoarquivamento e da interoperabilidade entre aqueles diferentes provedores de dados, resultando na Iniciativa de Arquivos Abertos (OAI). Esse foi o primeiro passo para o estabelecimento do acesso aberto preconizado por Harnad, na década de 1990, com sua proposta subversiva de postar toda a produção científica proveniente de resultados de pesquisas na internet para acesso livre e irrestrito^{12,19,20}.

O Movimento Acesso Aberto propriamente dito teve início formalmente com a publicação da Declaração de Budapeste, em 14 de fevereiro de 2002, pela *Budapest Open Access Initiative* (BOAI), resultante de uma reunião na Hungria originalmente iniciada com 16 signatários em dezembro de 2001^{13,21}. A importância da declaração está na sua proposta de “acesso à produção científica em distintos níveis, âmbitos e países”¹³, totalmente baseada no autoarquivamento de artigos de periódicos referendados em repositórios e na produção de uma nova geração de periódicos de acesso aberto, estratégias denominadas naquele período de vias verde e dourada por Harnad, para se alcançar 100% de acesso gratuito à produção científica no mundo^{21,22}.

Também é preciso destacar que a Declaração de Budapeste já previa que a “nova geração de periódicos” deveria ter um compromisso com o acesso aberto, isto é, auxiliar os periódicos existentes a fazer a transição para o acesso aberto, assumindo os custos de produção ou desenvolvendo novos modelos que não fossem sustentados por cobranças de assinaturas ou taxas para acesso online. Do mesmo modo, os direitos de cópia deveriam garantir o acesso aberto permanente em lugar de restringi-lo. Para apoiar essa proposta, as fontes alternativas de recursos deveriam ser consideradas tais como aquelas provenientes de agências, fundações ou governos que financiam as pesquisas, bem como universidades, institutos de pesquisas e outras instituições interessadas em financiar a produção e a disseminação do conhecimento científico sem barreiras ao acesso. O Open Society Institute teve um papel crucial nesse período, apoiando com recursos financeiros a criação dessa infraestrutura²¹.

Já a OAI foi imprescindível para dar suporte técnico àqueles comprometidos com o acesso aberto verde, isto é, na implementação de repositórios temáticos ou institucionais como locais autorizados para promover o autoarquivamento da produção científica certificada.

Ao longo dessa trajetória, várias outras iniciativas de ordem tecnológica, política e legal foram desenvolvidas, fortalecendo as estratégias necessárias para a consolidação do acesso aberto no mundo. No que se refere à tecnologia, por exemplo, destaca-se o desenvolvimento de softwares livres para criação de repositórios, tais como eprints e DSpace, bem como para controle do fluxo editorial e da publicação de periódicos e anais de eventos, e ainda dos serviços de coleta de metadados da Public Knowledge Project (PKP). Já em relação às questões de ordem política destaca-se a adoção de políticas mandatórias para repositórios pelas instituições de ensino e de pesquisa e de diretórios de políticas editoriais de periódicos em relação ao acesso aberto tais como SHERPA/RoMEO^{iv} (Reino Unido),

^{iv}Disponível em: <<http://www.sherpa.ac.uk/romeo/>>

Dulcinea^v (Espanha) Blimunda^{vi} (Portugal) e Diadorim^{vii} (Brasil). Em relação ao aspecto legal, destaca-se o estabelecimento de licenças flexíveis do Creative Commons para apoiar e regular o uso da produção científica na internet.

Apesar do franco desenvolvimento dessas estratégias, que ocorreram quase simultaneamente, especialmente nos primeiros anos da década de 2000 em todo o mundo, muitos têm sido os desafios a serem enfrentados pelo movimento propriamente dito, que sempre teve defensores e críticos bastante ativos e representativos.

Guédon²³, um dos defensores do acesso aberto, foi também um dos primeiros a sinalizar alguns problemas relacionados com a estratégia do acesso aberto verde, que é totalmente dependente do depósito dos autores, gerando uma estratégia incompleta e inconveniente. Embora seus pontos de vista tenham sido largamente contestados por Harnad²², algumas das questões levantadas por Guédon perduraram indicando algumas fragilidades do Movimento Acesso Aberto. Para o autor, o Movimento Acesso Aberto negligencia uma série de questões, que vão desde a necessidade de discussões sobre subsídios e financiamento do acesso aberto até a dependência de políticas institucionais consolidadas para se alcançarem bons resultados^{22,23}.

O fato é que essas mesmas fragilidades sempre foram os argumentos para justificar a necessidade de cobranças dos custos de publicação pela indústria editorial. Dessa forma, as recomendações defendidas pelo Relatório Finch traduzem essa reivindicação da indústria editorial para cobrir custos de produção bem como a eliminação do acesso aberto verde como estratégia viável.

O QUE É O RELATÓRIO FINCH

O Relatório Finch foi produzido por uma comissão independente, liderada por Dame Janet Finch^{viii} da Universidade de Manchester, e foi apresentado no Comitê de Ciência e Tecnologia da House of Lords com o título *Accessibility, sustainability, excellence: how to expand access to research publications*². As recomendações apresentadas orientam sobre como desenvolver um modelo que seja, simultaneamente, efetivo e sustentável ao longo do tempo, para expandir o acesso aos resultados de pesquisas publicados em periódicos certificados². Assim, com a finalidade de se obter um modelo de negócios mais satisfatório, que pudesse financiar o acesso aberto dourado “puro” e verde, foi proposta a valorização do acesso aberto dourado híbrido em detrimento do acesso aberto verde. Dessa forma, o acesso aberto seria garantido pelos autores ou instituições produtoras por meio de pagamento de APC aos editores comerciais que publicam os periódicos certificados.

De acordo com Finch, a proposta do Relatório passa por uma transição para o acesso aberto a curto prazo para reduzir custos. Assim, conforme cada vez mais artigos estiverem disponíveis pelo acesso aberto dourado híbrido os custos das assinaturas pagos pelas bibliotecas universitárias diminuirão na mesma proporção⁴.

Outra razão apresentada por Finch para justificar esse período de transição é que, atualmente, somente 6% dos artigos produzidos por ano são oriundos do Reino Unido. Logo, enquanto os demais países não permitirem o acesso aberto às suas pesquisas, as universidades britânicas terão que pagar por assinaturas de periódicos estrangeiros para acessar o conteúdo desses países⁴.

As propostas do Relatório Finch foram aceitas rapidamente pelo governo britânico. Um exemplo disso é que, em carta oficial do Department for Business Innovation & Skills (BIS) para a comissão, o Relatório foi muito elogiado e o BIS atesta a sua preferência pelo modelo de acesso aberto dourado híbrido ao verde, especialmente em relação às pesquisas financiadas com recursos públicos. Na mesma carta, o BIS também apoia os períodos de embargo para a produção científica cujos autores não pagaram pelos APCs²⁴.

A nova política dos Research Councils (RCUK) também aderiu rapidamente às propostas do Relatório Finch, orientando os seus investimentos para o ensino superior no Reino Unido³.

^vDisponível em: <<http://www.accesoabierto.net/dulcinea/>>

^{vi}Disponível em: <<http://projeto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/sobre-o-rcaap/servicos/projecto-blimunda>>

^{vii}Disponível em: <<http://diadorim.ibict.br/>>

^{viii}No documento, a comissão é denominada *Working Group on Expanding Access to Published Research Findings*².

Um ano após a publicação do Relatório Finch, a comissão apresenta nova versão em outubro de 2013 em documento intitulado *Accessibility, sustainability, excellence: how to expand access to research publications: a review of progress in implementing the recommendations of the Finch report*³ e mais conhecido como Finch II. A revisão do documento visa “representar o melhor ajuste entre os diferentes interesses e aspirações dos atores envolvidos no sistema de comunicação científica: pesquisadores, universidades, agências de financiamento de pesquisa, sociedades científicas e acadêmicas e editores comerciais”³.

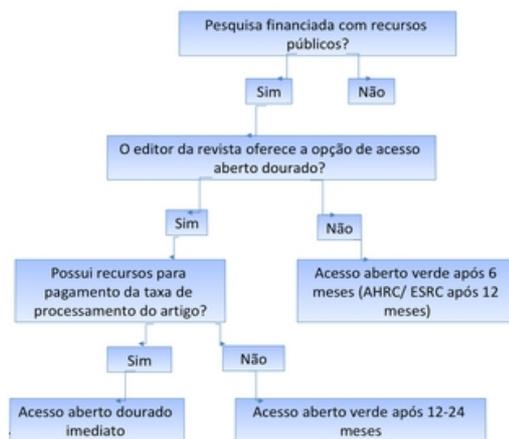
Nesse outro documento, o período de transição para o acesso aberto híbrido é caracterizado no Relatório como uma etapa de economia mista, compreendendo as seguintes estratégias³:

- a) Acesso aberto dourado: acesso livre e imediato às publicações com custos cobertos pelo pagamento de APC;
- b) Acesso aberto verde: periódicos disponíveis somente por assinatura, com acesso imediato sob licença, ou acesso livre via repositório após um período adequado de embargo;
- c) Arranjos de licenciamento para prover acesso a um amplo número de periódicos em benefício de pessoas e instituições de ensino superior, como, por exemplo, o Portal de Periódicos da CAPES no Brasil.

Para Richard Mollet, chefe executivo da Publisher's Association, o mérito do Relatório Finch está na sua capacidade de sustentar um equilíbrio entre suas recomendações. Mollet destaca a importância dos recursos das agências financiadoras para cobrir os custos de publicação junto aos editores, de forma a viabilizar o modelo do acesso aberto dourado⁴.

A Figura 1 ilustra o modelo proposto pelo Relatório Finch e revisto pelo Finch II, por meio da árvore decisória prevista pela Publisher Association para promover o acesso aberto à produção científica britânica financiada com recursos públicos.

Figura 1 - Árvore decisória da Publisher Association para acesso aberto



Fonte: Taylor²⁵

Na árvore decisória, não há informação ou recomendação de estratégias para o acesso aberto à produção científica que não é financiada com recursos públicos. Para casos assim, o Movimento Acesso Aberto recomenda o depósito de uma versão do texto em um repositório institucional.

AS CRÍTICAS E PROPOSTAS DE HARNAD AO RELATÓRIO FINCH

Quando a Declaração de Budapeste completou dez anos de existência, em 2012, Harnad fez um balanço do Movimento Acesso Aberto destacando os pontos positivos e negativos dessa trajetória.

Dentre os pontos positivos, Harnad atribui todo o êxito do acesso aberto à criação dos repositórios institucionais e à adoção dos mandatos, por universidades, institutos de pesquisas e agências de financiamento, para promover o autoarquivamento da produção científica certificada. Até mesmo porque o acesso aberto dourado apresenta algumas particularidades que envolvem pagamento de taxas por parte do autor. Em sua análise sobre o acesso aberto dourado na atualidade, Harnad verifica, por exemplo, que alguns periódicos dourados, especialmente aqueles de abrangência nacional, cobrem os custos de publicação a partir de assinaturas ou subsídios, enquanto os periódicos dourados mais internacionalizados cobram do autor grandes quantias para garantir a publicação em acesso aberto, valores que chegam à média de mil libras esterlinas⁷.

Por outro lado, Harnad demonstra muita preocupação com o lento crescimento dos números de mandatos adotados pelas instituições ao redor do mundo nos últimos anos^{ix}. Tendo em vista que a estratégia do acesso aberto verde é dependente de políticas mandatórias, seja no nível institucional, governamental ou de um campo científico, o baixo número de políticas mandatórias implantadas no mundo indica problemas na função dos repositórios institucionais: prover os repositórios com o maior número de produção científica certificada em nível mundial.

Aparentemente o resultado dessa trajetória demonstra um cenário pouco promissor considerando todos os esforços empreendidos na última década: enquanto 20% da produção científica está disponível para acesso aberto em repositórios (acesso aberto verde), os periódicos dourados alcançaram a média de 10%⁷. É possível ter uma visão mais otimista, acompanhando a elevação do percentual do acesso aberto verde e dourado cujos dados foram coletados pelo próprio Harnad com séries históricas revelando o seu franco desenvolvimento⁵.

Por outro lado, apesar do maior percentual de periódicos certificados estar sob o domínio de grandes corporações que visam lucros, é preciso considerar que um dos méritos do acesso aberto refere-se às mudanças significativas no processo de organização, disseminação e uso do conhecimento científico em meio digital em todo o mundo. As principais evidências disso é que já houve uma melhoria no funcionamento do sistema mundial da ciência bem como o aprimoramento da infraestrutura de comunicação conforme reconhece Guédon¹³.

No entanto, um dos aspectos mais negativos que Harnad identifica na trajetória do Movimento Acesso Aberto, nos últimos dez anos, é a adoção de mandatos pouco efetivos, que atrasam as conquistas do movimento e distraem a comunidade científica do acesso aberto verde, tais como as recomendações do Relatório Finch publicado em junho de 2012^{2,9}.

Na visão de Harnad, o Relatório Finch procura eliminar o seu principal concorrente – o acesso aberto verde – com o seu rebaixamento a *backup* ou a uma “redundância”, já que nessa proposta os repositórios institucionais desempenhariam um papel secundário e reduzido. Aos repositórios caberia armazenar e preservar os dados de pesquisas e a literatura cinzenta em lugar de prover acesso imediato aos artigos científicos⁹.

As recomendações do Relatório Finch propõem claramente o abandono da estratégia do acesso aberto verde e das políticas mandatórias, em prol do financiamento e valorização do acesso aberto dourado por todos os atores do processo de produção científica⁹. Esse modelo tem sido denominado de acesso aberto dourado híbrido em oposição ao acesso aberto dourado “puro”, uma vez que é preciso pagar APC cujos valores variam entre mil e cinco mil dólares por artigo para compensar os custos de produção⁸. Além disso, caberia também ao governo do Reino Unido cobrir os custos de acesso àqueles títulos que não fossem ainda de acesso aberto dourado, pagando as taxas para manter um site nacional com títulos licenciados nos moldes do que existe no Brasil financiado pela Capes, conforme já mencionado.

A lógica dos lucros dos editores é, portanto, manter as assinaturas daqueles periódicos que não são de acesso aberto dourado híbrido e também de receber o pagamento daqueles periódicos de acesso aberto dourado híbrido por meio de APC⁶.

^{ix}As políticas mandatórias de repositórios devem ser registradas no diretório ROAMAP (<<http://roamap.eprints.org/>>) para possibilitar esse acompanhamento do acesso aberto verde no mundo.

Para Harnad¹, o acesso aberto dourado híbrido está sendo definido como o principal objetivo do Relatório Finch e Finch II em lugar do acesso aberto propriamente dito. Esse “erro” de interpretação esconde as verdadeiras intenções do forte *lobby* da indústria editorial de periódicos interessada em vender o acesso aberto e obter maiores rendimentos^{1,3}. Dessa forma, essas intenções estão encobertas pela defesa desmedida do acesso aberto dourado e dos direitos de cópia, atitudes denominadas por Harnad de “febre dourada” e “rompante dos direitos”, respectivamente⁶. A “febre dourada” está baseada na crença de que acesso aberto significa acesso aberto dourado e no desejo irresistível de alcançar o acesso aberto dourado agora, sem se importar no quanto isso vai custar. O “rompante dos direitos” está baseado no irresistível desejo de obter direitos de reuso por meio de cobranças de taxas para todas e quaisquer situações, e não apenas nas ocasiões em que é irremediável⁶.

Trata-se de um modelo que desencoraja outros países a adotar políticas de acesso aberto pois, além de cada país ter que arcar com os custos de APC sozinho, distorce o real significado da filosofia do acesso aberto, moldando suas estratégias aos interesses da indústria editorial. De acordo com Harnad, até o presente momento, somente a Holanda expressou sua preferência pelo acesso aberto dourado híbrido nos termos do Relatório Finch, país que também concentra um dos maiores monopólios da indústria editorial de periódicos¹.

Considerando que o Reino Unido foi a primeira nação a aprovar a primeira política mandatária do mundo em 2003, atribuída à University of Southampton School of Electronics and Computer Science e a recomendar a política mandatária para as pesquisas financiadas pelos RCUK, a adesão do governo britânico às recomendações do Relatório Finch marca o fim da liderança do Reino Unido no Movimento Acesso Aberto^{1,8,9}.

Por outro lado, Harnad observa um ponto positivo da questão: a comissão reconhece no Finch II que, afinal de contas, os pesquisadores são livres para decidir se vão ou não pagar pelo acesso aberto dourado híbrido. Logo, de acordo com Harnad, os pesquisadores do Reino Unido não precisarão mais desperdiçar recursos para alimentar o que o autor denomina de “engano dourado” (*Fool's Gold*)⁹, a menos que seja o seu desejo. Logo, o Finch II acaba por contribuir para se perceber a importância da estratégia do acesso aberto verde bem como suas possibilidades de sucesso¹.

Fica claro para Harnad que é urgentemente necessário aumentar em 100% o número de políticas mandatárias para o acesso aberto verde pelas instituições de ensino e pesquisa e pelas agências financiadoras, bem como atualizar os mandatos que precisam melhorar para garantir o cumprimento da meta de 100% para o acesso aberto, seja no Reino Unido ou no mundo. Para Harnad, esse aumento e atualização das políticas é puramente uma questão de política, e não vai despender nenhum custo extra⁷.

Harnad recomenda, como proposta para corrigir os danos causados pelo Relatório Finch, uma atualização da política dos RCUK com apenas duas emendas simples para evitar que os embargos impostos pelo editor por meio do acesso aberto verde sejam usados para forçar os autores a pagarem o acesso aberto dourado híbrido⁶:

- a) demover da ideia segundo a qual, se o periódico oferece ambas as estratégias (verde ou dourada), os RCUK devam recomendar sempre a dourada;
- b) Manter o depósito imediato da versão final do artigo revisto por pares, mesmo que exista um período de embargo. O repositório deve possibilitar ao usuário o contato com o autor para obtenção dos artigos em períodos de embargo.

Em resumo, as recomendações de Harnad reforçam a necessidade de se manter os mesmos princípios e as mesmas estratégias preconizados pelo Movimento Acesso Aberto no mundo desde o seu surgimento com o apoio da comunidade científica.

⁹Harnad adota o termo *Fool's Gold* para aqueles que interpretam o acesso aberto como acesso dourado⁹.

Considerações finais

Mesmo com grandes desafios a serem vencidos para se alcançar 100% de acesso aberto à produção científica, o Movimento Acesso Aberto trouxe benefícios para promoção do acesso irrestrito e amplo ao conhecimento científico para a sociedade como um todo, além das inovações implementadas no processo de comunicação e produção científica em meio digital.

As principais fragilidades destacadas por Guédon²³, em certa medida, baseiam-se nos mesmos argumentos que a indústria editorial sempre defendeu para justificar o pagamento de taxas para cobrir os custos de produção. Essas mesmas justificativas estão, agora, materializadas em recomendações no Relatório Finch e Finch II, que alcançaram rapidamente grande status no governo britânico ao orientarem suas políticas governamentais e serem adotadas também pelos RCUK.

Essa nova configuração é resultante da monetização do acesso aberto, pelas grandes corporações, baseada na manutenção de assinaturas e no pagamento de APCs, conforme explica Harnad¹. Ao se apropriarem das inovações trazidas pelo acesso aberto, as grandes corporações apresentam novas formas para manter sua hegemonia no sistema de publicação científica, tais como as recomendações do Relatório Finch e Finch II.

Por outro lado, Harnad adverte que o acesso aberto verde está nas mãos da comunidade científica e não das grandes corporações indicando, assim, um caminho melhor para obter acesso imediato à produção científica.

Um dos maiores desafios do Movimento Acesso Aberto, hoje, é garantir o êxito de suas estratégias e fortalecer o depósito da produção científica em todo o mundo, especialmente das pesquisas financiadas com recursos públicos. Por isso, será fundamental a promoção de fóruns nacionais e internacionais para conscientização e sensibilização, não apenas da comunidade científica, mas também da sociedade de um modo geral, incluindo especialmente a classe política e os cidadãos de cada país, relativas à importância do acesso aberto “puro” e do papel das políticas mandatórias para o acesso aberto verde.

Dessa forma, a “evangelização” para o acesso aberto, que marcou o início do Movimento Acesso Aberto, deveria voltar a fazer parte das estratégias para uma permanente conscientização das responsabilidades de todos no processo de consolidação do acesso aberto no mundo.

Assim, a sociedade de um modo geral terá condições políticas para participar e cobrar do governo um plano para promover o acesso ao conhecimento científico em larga escala a fim de superar as barreiras que ainda persistem.

Referências

1. Harnad S. Finch Group reviews progress in implementing open access transition amid ongoing criticisms. The London School of Economics and political science. Department of Government. The Impact of Social Sciences Blog, Nov. 18th, 2013. Disponível em: <http://blogs.lse.ac.uk/impactof_socialsciences/2013/11/18/finch-group-review-of-progress/>. Acesso em: 19 mar. 2014.
2. Finch DJ. Accessibility, sustainability, excellence: how to expand access to research publications: report of the working group on expanding access to published research findings. [S. l., 2012].
3. Finch DJ. Accessibility, sustainability, excellence: how to expand access to research publications: a review of progress in implementing the recommendations of the Finch Report. [S.l., 2013]. Disponível em: <<http://www.researchinfonet.org/wp-content/uploads/2013/02/Final-version.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2014.
4. Jha A. Open access is the future of academic publishing, says Finch report. The Guardian.com, June 19th, 2012. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/science/2012/jun/19/open-access-academic-publishing-finch-report>>. Acesso em: 19 mar. 2014.
5. Harnad S. Finch fiasco in figures. 2012a. Disponível em: <<http://openaccess.eprints.org/index.php?/archives/905-Finch-Fiasco-in-Figures.html>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

6. Harnad S. Hybrid gold open access and the Cherise cat's grin: how to repair the new open access policy of RCUK. The London School of Economics and Political Science. Department of Government. The Impact of Social Sciences Blog, Sept. 3rd, 2012b. Disponível em: <<http://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2012/09/03/hybrid-open-access-repair-rcuk/>>. Acesso em: 19 mar. 2014.
7. Harnad S. Why the UK should not heed the Fich report. The London School of Economics and Political Science. Department of Government. Impact of Social Sciences Blog, July 4th, 2012c. Disponível em: <<http://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2012/07/04/why-the-uk-should-not-heed-the-finch-report/>>. Acesso em: 19 mar. 2014.
8. Giglia E, Harnad S. Open Access 2012: achievements, further steps, and obstacles: an interview with Stevan Harnad. European Journal of Physical and Rehabilitation Medicine 2012; 48(3). Disponível em: <<http://eprints.soton.ac.uk/342585/1/GigliaHarnadFin.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2014.
9. Harnad S, Poynder R. OA advocate Stevan Harnad withdraws support for RCUK policy. Open and shut?, July 26, 2012. Disponível em: <http://poynder.blogspot.com.br/2012/07/oa-advocate-stevan-harnad-withdraws_26.html>. Acesso em 19 mar. 2014.
10. Suber P. The timeline of open access movement. 2009. Disponível em: <<http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/timeline.htm>>.
11. Harnad S. Fast-Forward on the Green Road to Open Access: The Case Against Mixing Up Green and Gold. Ariadne Jan. 2005; 42. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue42/harnad>>. Acesso em: 30 jul. 2013.
12. Ginsparg P. First steps towards electronic research communication. Computer Computers in Physics 1994; 8(4): 390-396. Disponível em: <<http://arXiv.org/blurb/blurb.ps.gz>>. Acesso em: 19 mar. 2014.
13. Guédon JC. Acesso aberto e divisão entre ciência predominante e periférica. In: Ferreira SMS, Targino MG (Org.). Acessibilidade e visibilidade de revistas científicas eletrônicas. São Paulo: SENAC; 2010. p. 21-77.
14. Davis JR, Lagoze C. The Networked Computer Science Technical Report Library. (Cornell CS TR96-1595). 1996. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1813/7250>>. Acesso em 19 mar. 2014.
15. Fox EA, et al. Networked Digital Library of Theses and Dissertations An International Effort Unlocking University Resources. D-Lib Magazine Sept 1997. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/september97/theses/09fox.html>>. Acesso em: 19 mar. 2014.
16. Nelson ML. (NASA/TM-1999-209127). April, 1999. Disponível em: <<http://ntrs.nasa.gov/archive/nasa/casi.ntrs.nasa.gov/19990035925.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2014.
17. Harnad S. The invisible hand of peer review. Exploit Interactive Apr. 2000 (5). Disponível em: <<http://users.ecs.soton.ac.uk/harnad/nature2.html>>. Acesso em: 19 mar. 2014.
18. Krichel T. RePEc Documentation. 2000. Disponível em <<http://netec.wustl.edu/RePEc>>. Acesso em: 2 dez. 2004.
19. Luce, Van de Sompel, 1999 (Não está nas referências)
20. Oakerson AS, O'donnell JJ. Scholarly journals at the crossroads: a subversive proposal for electronic publishing: an internet discussion about scientific and scholarly journal and their future. Washington, DC: Association of Research Libraries, 1995.
21. Budapest Open Access Initiative. Read the original BOAI declaration. Budapest, 2002. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>>. Acesso em: 18 ago. 2013.
22. Harnad S et al. The Access/impact problem and the green and gold roads to open access. Serials Review 2004; 30(4): 310-314. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/10209/1/impact.html>>. Acesso em: 10 ago. 2012.
23. Guédon JC. The "Green" and "Gold" Roads to Open Access: the Case for Mixing and Matching. Serials Review, 2004.

24. Reino Unido. Department for Business, Innovation & Skills. Letter to Dame Janet Finch on the Government Response to the Finch Group Report: “Accessibility, sustainability, excellence: how to expand access to research publications”. Letter from David Willetts. July 16, 2012. Disponível em: <<http://www.bis.gov.uk/assets/biscore/science/docs/1/12-975-letter-government-response-to-finch-report-research-publications.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2014.
25. Taylor G, Finch W, Reuk G. OA, and embargoes. The Publisher Association Aug. 3, 2012. Disponível em: <http://publishersassociation.org.uk/index.php?option=com_content&view=article&id=2299:finch-willetts-rcuk-green-oa-and-embargoes&catid=503:pa-press-releases-and-comments&Itemid=1618>. Acesso em: 8 mar. 2014.